

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.442 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2002

Senado vota logo MP que fortalece fiscalização do mercado de capitais

Matéria entra na ordem do dia da sessão plenária de terça-feira, evitando a obstrução da pauta, conforme ficou acertado entre Ramez Tebet e as lideranças partidárias. Pela medida provisória, a Comissão de Valores Mobiliários passa a dispor de orçamento próprio e mais independência para exercer suas atividades.

PÁGINA 3

COMISSÃO MISTA DE SEGURANÇA

Sete grupos de trabalho serão definidos até terça-feira



Comissão Mista de Segurança teve reunião de quase três horas para definir os critérios de formação dos sete grupos de trabalho

A Comissão Mista de Segurança estabeleceu ontem como serão formados os sete grupos de trabalho responsáveis pela análise dos projetos sobre o assunto que tramitam no Congresso. Cada grupo terá no mínimo três parlamentares e a divisão não levará em conta critério partidário ou de Casa legislativa. Todos os grupos deverão estar definidos e com coordenadores e sub-relatores escolhidos até a próxima reunião da comissão, marcada para terça-feira. O presidente do Senado, Ramez Tebet, garante que o ano eleitoral não impedirá a votação dos projetos que forem considerados prioritários pela comissão.

Romeu Tuma indicado relator substituto

Assembléia de São Paulo envia sugestões

PÁGINAS 4 E 5



Geraldo Cândido: reintegração dos mata-mosquitos teria papel decisivo no combate à epidemia de dengue

Cândido cobra readmissão de guardas endêmicos no Rio

PÁGINA 8



Álvaro Dias acusa o Ibama de inviabilizar a reciclagem de pneus inservíveis, um dos focos de dengue

Álvaro quer reciclagem de pneus no combate a dengue

PÁGINA 8



De acordo com Sebastião Rocha, o requerimento para criação da CPI tem o apoio de 30 senadores

Sebastião Rocha propõe CPI das pesquisas eleitorais

PÁGINA 7

Emilia protesta contra demissões na Varig e pede revogação da medida

Em carta enviada ao presidente da empresa, Ozires Silva, senadora afirma que ato “revela intolerância e retaliação”. Ela disse que demitidos defendem revitalização da companhia

Recente decisão da Varig de demitir toda a diretoria da Associação de Pilotos, além de outros trabalhadores que aderiram a movimento pela revitalização da empresa, levou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a solicitar em Plenário a revogação da medida.

Em carta enviada ao presidente da Varig, Ozires Silva, a senadora gaúcha afirmou que o ato “revela traços de intolerância e retaliação”. Observou ainda que os administradores da empresa devem “saber negociar e evitar conflitos, respeitando o legítimo direito de organização e manifestação dos trabalhadores”.



Segundo Emilia Fernandes, foi demitida toda a diretoria da Associação de Pilotos

Segundo Emilia explicou, as demissões ocorreram depois que a

Associação de Pilotos (APVAR) divulgou o documento “Carta Aberta aos Funcionários da Varig”, que traz denúncias contra a empresa. Entre as queixas, destacam-se a contratação de mão-de-obra mais barata em substituição a empregados antigos demitidos e o processo de sucateamento da companhia, em detrimento da valorização de novas subsidiárias (Nordeste, Rio-Sul), hoje administradas pela FRB-Par Investimentos.

– Nesse documento, carregado de emoção e compromisso, os pilotos reafirmam seu amor e sua dedicação à empresa – comentou Emilia, informando que o assunto também foi levado ao conheci-

mento do Ministério Público, da Assembléia Legislativa e do governo do Rio Grande do Sul. Em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) mostrou-se solidário à preocupação da senadora e disse que a adoção de medidas arbitrárias não ajuda a resolver a atual crise na aviação nacional.

BERTA LUTZ

Durante a sessão de ontem o presidente da Casa, senador Ramez Tebet, anunciou que a entrega do diploma “Mulher Cidadã Berta Lutz” será realizada na hora do expediente da sessão do Senado do próximo dia 13 de março. Emilia Fernandes é autora do requerimento para a homenagem.

CGTB diz a Tebet que não quer mudança na CLT

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antonio Neto. O principal assunto tratado foi o projeto que permite a flexibilização das normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já aprovado na Câmara e em tramitação no Senado. Neto afirmou que a CGTB é contra a possibilidade de padrões e empregados realizarem acordos que se sobreponham à CLT.

Para o presidente da CGTB, trata-se de uma tentativa de golpe contra a CLT, um patrimônio dos trabalhadores brasileiros. Neto afirmou que Tebet é muito sensível às manifestações dos trabalhadores e que o presidente do Senado vem abrindo espaço para o debate sobre a matéria na Casa.

Comissões debatem reforma da lei trabalhista

A semana foi marcada pelo reinício dos trabalhos nas comissões, depois do período de recesso. As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) decidiram promover audiência pública conjunta, na próxima terça-feira, sobre o projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A CAS aprovou, entre outras matérias, dois projetos de interesse do trabalhador. Um deles altera a lei específica sobre o empregado doméstico, fixando em 30 dias o período de férias desse profissional, e o outro amplia o benefício do salário-maternidade às mães de filhos prematuros. A CCJ acolheu proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), exigindo que os indicados ao cargo de ministros

do Supremo Tribunal Federal não tenham exercido nos três anos antes da escolha mandato eletivo ou ocupado cargos de ministro de Estado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, procurador-geral da República ou advogado-geral da União.

A Comissão de Educação (CE) decidiu criar uma subcomissão permanente destinada a discutir os problemas da indústria editorial do país. Proposta pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a subcomissão será denominada Bancada do Livro.

PLENÁRIO

O Senado aprovou esta semana emenda da Câmara a projeto do senador Lúcio Alcântara

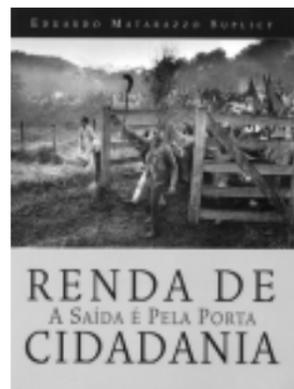


Por proposta de José Sarney, Comissão de Educação criou Bancada do Livro

(PSDB-CE) que determina a transferência, para o acervo histórico e artístico da União, de todos os bens culturais das empresas federais a serem privatizadas. O projeto foi à sanção presidencial.

Os senadores aprovaram ainda projeto que denomina o aeroporto

da cidade baiana de Ilhéus de “Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado”. O projeto também foi enviado à sanção. Foram ainda acolhidos requerimentos de pesar pelas mortes do prefeito de Santo André, Celso Daniel, dos empresários Amadeu Camilo de Andrade, de Goiás, e César Franco, de Sergipe, e dos ex-jogadores de futebol Zizinho e Vavá.



Suplicy critica artigo sobre Bolsa-Escola

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou contradições em artigo publicado ontem na imprensa, de autoria de Eduardo Graef, assessor do presidente da República, no qual o programa Bolsa-Escola é analisado. O assessor elogia o empenho para a criação do programa feito pelo deputado Nelson Marchezan, falecido recentemente, e, no mesmo texto, faz críticas ao programa de renda mínima proposto por Suplicy.

Apesar de concordar com os elogios a Marchezan, Suplicy discordou da avaliação de Graef de que apenas economistas neoliberais apóiam propostas como as do senador. Suplicy disse que pelo menos gostou de saber que a área econômica do atual governo tremia ao ouvir falar do seu projeto de renda mínima, cujas idéias básicas resultaram na instituição do projeto Bolsa-Escola, informação que está no artigo comentando.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2002

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Senado votará logo medida que fortalece a CVM

Ramez Tebet acerta com as lideranças partidárias inclusão de MP na ordem do dia de terça-feira para impedir que demora no exame da matéria venha obstruir a pauta, segundo as novas regras constitucionais em vigor



Sessão especial para lembrar Mário Covas ocorrerá em 5 de março

Casa prestará homenagem a Mário Covas

O Senado realizará no dia 5 de março sessão especial de homenagem ao governador de São Paulo, Mário Covas, que faleceu no ano passado. A decisão foi anunciada ontem, em Plenário, pelo presidente da Casa, Ramez Tebet, atendendo a pedido feito pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A data coincidirá com o primeiro aniversário do falecimento de Covas, que exerceu mandato de senador antes de ser eleito governador paulista. Simon recordou que a sessão deveria ter ocorrido ainda em 2001, mas acabou adiada a pedido da liderança do governo. "É hora de o Senado fazer essa justa homenagem a quem honrou este Plenário", disse.

Plenário aprova pesar pela morte de Lucy Montoro

Por iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Plenário aprovou o envio de voto de pesar à família de Lucy Franco Montoro, esposa do ex-governador e ex-senador André Franco Montoro, falecida recentemente, aos 85 anos, vítima de acidente automobilístico.

De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e ao governo do estado de São Paulo.

Ao encaminhar o requerimento, Suplicy ressaltou o trabalho filantrópico desenvolvido por Lucy Montoro no estado, durante a gestão de Franco Montoro como governador, que teve desdobramentos nos anos seguintes até a data de sua morte.



Ramez Tebet explicou que MP foi lida na sessão plenária de ontem e passa a obstruir a pauta de votações

CCJ analisa convocação de dirigentes de agências

Duas propostas de emenda à Constituição que regulamentam a convocação, pelo Congresso Nacional, de dirigentes de agências reguladoras de serviços públicos passarão a tramitar em conjunto no Senado. A decisão foi adotada ontem, em Plenário, por meio da aprovação de requerimento apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Alcântara aponta necessidade de atualizar texto

Uma das propostas é de autoria do próprio Alcântara, e a outra, do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Na justificativa de sua emenda à Constituição, Alcântara lembra a necessidade de se atualizar o texto constitucional diante da criação das agências, cujos titu-

lares, observa, "têm *status* até superior ao dos ministros de Estado, já que não podem ser demiti-

dos *ad nutum*". As duas iniciativas serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Plenário decidiu, ainda, renovar as concessões para as emissoras de rádio Difusora de Xanxerê, de Xanxerê (SC), e Paulista, de Recife (PE), além de outorgar concessão à emissora MR Radiodifusão, de Caxias (MA), e autorizar a execução de radiodifusão comunitária pela Associação de Desenvolvimento Comunitário de Avelinópolis (GO).

Documentos da CPI do Futebol entregues à Câmara

O presidente do Senado, Ramez Tebet, autorizou ontem a entrega, ao corregedor da Câmara dos Deputados, deputado Barbosa Neto, de documentação recolhida pela CPI do Futebol. Os documentos serão utilizados na investigação desenvolvida pela Câmara sobre a atuação do deputado Eurico Miranda.

Para o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o prosseguimento da investigação pela Corregedoria da Câmara levará à abertura de processo.

— Abrindo o processo, ficará claro que o caminho necessário para que haja justiça, em função dos ilícitos cometidos, é a cassação de Eurico Miranda — disse.



Althoff saúda prosseguimento das investigações

Comissão examina mudança na Lei de Improbidade

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a Lei de Improbidade Administrativa para aperfeiçoar as enumerações dos atos de improbidade. O objetivo do senador é reprimir as práticas de contratação de serviços desnecessários, a declaração falsa visando ao pagamento de qualquer vantagem pecuniária e a autorização para que esse pagamento seja feito.

O projeto também altera as normas relativas à obrigatoriedade de os agentes públicos apresentarem as respectivas declarações de bens. Ele pretende que essa exigência, que hoje tem caráter apenas formal, torne-se efetiva e um instrumento para a descoberta e investigação de atos de improbidade administrativa.

Também estão incluídas na proposta modificações no processo de investigação e julgamento dos atos de improbidade.

O senador Ramez Tebet, presidente do Senado Federal, acertou ontem, com as lideranças partidárias, a inclusão da Medida Provisória nº 8, de 2001, na ordem do dia da sessão plenária da próxima terça-feira, segundo explicou, para impedir que a demora na apreciação dessa matéria venha a obstruir a pauta da Casa, conforme as novas regras constitucionais em vigor.

A MP nº 8 estabelece novos mecanismos de fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de modo a favorecer a fiscalização, exercida por aquele órgão, das empresas de capital aberto e de investidores do mercado de capitais, segundo as determinações estabelecidas pela nova Lei das Sociedades Anônimas, sancionada no final do ano passado.

Segundo estabelece a MP, a CVM passará a dispor de orçamento próprio e mais independência para fiscalizar o mercado, como autoridade administrativa autônoma, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.

MANDATO

A nova CVM passará a ser administrada por um presidente e quatro diretores, nomeados pelo presidente da República, depois de aprovados pelo Senado. O mandato dos dirigentes da CVM será de cinco anos, vedada a recondução, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do colegiado.

Os futuros dirigentes da CVM, conforme determina a MP nº 8, somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

Segundo esclarecimento prestado ao Plenário pelo senador Ramez Tebet, a MP nº 8 encontra-se em regime de urgência desde o dia 16 de dezembro último, sobrestando, naquela data, a pauta da Câmara dos Deputados. "Tendo sido lida nesta Casa na presente sessão, passa a matéria a obstruir a pauta do Senado Federal, até que se ultime sua votação" — explicou Tebet, antes de acordar com as lideranças a inclusão da medida na ordem do dia da próxima terça-feira.

PM de São Paulo entrega sugestões contra violência

Comandante da corporação, acompanhado de vários policiais militares, apresenta ao presidente do Senado documento com propostas, entre elas a destruição de armas adulteradas apreendidas e a criação de uma polícia comunitária

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Rui César Melo, acompanhado de diversos representantes da corporação, para discutir a segurança pública. Foi entregue a Tebet documento chamado Carta de Brasília, elaborado pela Polícia Militar paulista. Entre as sugestões apresentadas estão a destruição de armas adulteradas apreendidas e a criação de uma polícia comunitária, mais próxima da população.

O comandante afirmou que Ramez Tebet recebeu de bom grado as sugestões dos policiais e considerou importante a contribuição de pessoas efetivamente envolvidas com a atividade policial. A Carta de Brasília trata ainda da ne-



cessidade de aporte de orçamento para cobrir as necessidades materiais e o pagamento de "salário digno aos profissionais envolvidos na atividade policial". As propostas deverão ser incluídas como prioridade na pauta da Comissão Mista de Segurança Pública, afirmou Rui César.

ARMAS

Estão também incluídas no documento da PM sugestões de mudanças na legislação sobre o Sistema Nacional de Armas e na Lei de Execução Penal, que na forma atual, na opinião de Rui César Melo, "vem propiciando a volta muito rápida de criminosos sem ressocialização à sociedade".



Comandante Rui César Melo (à esquerda, sentado) disse a Tebet que é preciso garantir "salário digno aos profissionais da atividade policial"

Os policiais propõem também alterações no Código de Processo Penal de forma a agilizar proces-

sos judiciais e no Código Penal, apenando mais rigorosamente crimes contra a vida.

Deputados paulistas querem novas regras para celular

Ramez Tebet, presidente do Senado, decidiu encaminhar à Comissão Mista de Segurança a Carta do Legislativo Paulista contra a Violência, contendo sugestões elaboradas pela CPI da assembleia do estado que investigou o crime organizado e o narcotráfico.

O documento propõe várias providências, entre elas novas normas de aplicação do Código de Processo Penal e de utilização da telefonia celular. A Carta foi entregue a Tebet pelo presidente da assembleia, deputado Walter Feldman, e outros parlamentares.

Há leis para combater o crime, afirma Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) questionou ontem "a ânsia legiferante" para atacar o problema da violência. Segundo afirmou, o problema não se deve à falta de leis.

— Defendo que o Congresso faça o que estiver ao seu alcance. Que vote leis que estiverem prontas para serem votadas. Mas rejeito a posição de refém da virulência verbal com que nos atacam ao dizerem que faltam leis ou penas mais severas para coibir o crime.

Conforme o senador, cabe aos gestores públicos — ministros, governadores e prefeitos — a tarefa de manter a paz urbana. O problema da criminalidade, acrescentou, reside na falta de capacidade policial do Estado.

Na opinião de Maldaner, o Legislativo não deve ceder à pressão para criar novas leis e penas ou modificá-las de forma apressada, sem amplo debate e sem ouvir as entidades de direitos humanos, o Poder Judiciário e os governos estaduais e municipais. Deveriam ser sistematizados e votados rapidamente apenas os projetos sobre os quais, feita a consulta à sociedade organizada, houver consenso.

Como exemplo de que o problema da violência se deve menos à falta de leis do que à não aplicação da legislação existente, Casildo Maldaner citou o caso da Lei nº 10.029, de 2000, que instituiu o serviço voluntário nas polícias militares e nos corpos de bombeiros, mas seu uso tem sido muito limitado. O senador lamentou que soluções como essa não tenham ido adiante.

— Não é possível combater a violência sem o comprometimento da sociedade em diversas ações, que vão do policiamento comunitário à prevenção feita por meio de políticas sociais compensatórias — disse.



Casildo Maldaner criticou a "ânsia legiferante" para combater a violência

Congresso discute medidas para garantir segurança

A Comissão Mista de Segurança iniciou seus trabalhos nesta semana com a eleição dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Artur de Távola (PSDB-RJ) para, respectivamente, presidente e vice-presidente, e indicação do deputado Moroni Torgan (PFL-CE) para relator-geral. Os parlamentares também decidiram, como forma de apressar a votação das propostas — a comissão tem prazo de funcionamento de 60 dias —, criar sete grupos de trabalho que analisarão os quase 300 projetos relacionados com segurança pública.

Os senadores e deputados discutirão ações preventivas de combate à violência; a agilização do processo penal; a estrutura da segurança pública; a repressão aos crimes dolosos contra a vida e o patrimônio; alterações na Lei de Execução Penal; crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro, e programas, planos e recomendações ao governo federal. Conforme for surgindo consenso sobre propostas discutidas nos grupos de trabalho, serão votados pela comissão relatórios setoriais. A ideia é que alguns projetos sejam enviados ainda em março às Mesas da Câmara e do Senado, para tramitação em regime de urgência.

Jucá: ciência e tecnologia têm o apoio de fundos setoriais

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a entrada em vigor este ano dos fundos setoriais, que colocarão à disposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) recursos da ordem de R\$ 700 milhões. Esses valores estão inscritos no Orçamento Geral da União e, de acordo com o senador, capacitarão a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que é a secretaria executiva do fundo, a vencer a luta pela competitividade internacional.

Jucá esclareceu que, atualmente, são dez os fundos setoriais: o Verde-Amarelo — de maior volume de dinheiro — destinado a financiar a interação entre empresas e universidades; o de Telecomunicações; o de Petróleo; o de Infra-Estrutura; o de Energia; o de Informática; o de Recursos Hídricos; o de Transportes; o Espacial, e o Mineral. Cerca de 30% dos recursos dos fundos terão de ser, obrigatoriamente, aplicados nas regiões menos desenvolvidas.

O senador disse considerar "reconfortante para o país" poder contar, na área estratégica de ciência e tecnologia, com

uma agência da qualidade da Finep. Ele lembrou que o FNDCT, em 2000, desembolsou R\$ 200 milhões, "o que já tinha sido um incremento considerável de recursos em relação aos gastos anuais históricos, sempre abaixo de R\$ 100 milhões".

Nesse cenário, em que o processo de globalização vai exigindo maior conteúdo tecnológico das empresas, Jucá entende que a Finep tem realizado importantes mudanças em sua estrutura, com vistas a fazer frente aos novos desafios. Ele ressaltou o combate à inadimplência nos financiamentos concedidos, a renovação de seus quadros funcionais e a administração de recursos mais expressivos.

— Os critérios para concessão de financiamento à ciência e tecnologia e à pesquisa e desenvolvimento, finalidade principal da agência, tornaram-se mais definidos e mais claros — afirmou.

Romero Jucá parabenizou a Finep pelo que tem feito de positivo em favor do país e citou seu desempenho como desmentido para os que teimam em repetir que o Brasil não dispõe de uma política industrial.

Comissão de Segurança tem 40 membros e sete grupos

Parlamentares decidem também receber por escrito sugestões de autoridades e de segmentos da sociedade

Após quase três horas de debates, os 40 senadores e deputados que integram a Comissão Mista de Segurança

(mais quatro foram acrescentados ao número inicial) decidiram na reunião de ontem como serão formados os grupos de trabalho responsáveis pela organização dos 246 projetos sobre o assunto que tramitam no Congresso. Serão sete grupos de trabalho compostos por no mínimo três parlamentares. A divisão não seguirá nenhum caráter partidário ou de Casa legislativa e cada equipe terá um coordenador e um sub-relator.

Até a próxima reunião da comissão, marcada para as 17h30 de terça-feira, todos os grupos já estarão definidos e com seus sub-relatores e coordenadores escolhidos. O trabalho de cada equipe, explicou o presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), será realizado de forma independente e nada impede que o integrante de um grupo participe das discussões de outro.

Os senadores e deputados presentes à reunião puderam escolher o tema sobre o qual gostariam de trabalhar e os demais serão



A comissão volta a se reunir na terça-feira, quando todos os grupos já deverão estar com sua composição definida

encaixados de acordo com as necessidades das equipes.

As áreas de trabalho ficaram divididas da seguinte maneira:

- Ações preventivas
- Agilização do processo penal
- Estrutura de segurança pública
- Crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro
- Lei de Execução Penal, sistema penitenciário e crime organizado
- Crimes dolosos contra a vida e patrimônio
- Programas, planos e recomendações ao Poder Executivo

POR ESCRITO

Com a intenção de agilizar os trabalhos da comissão, que tem 60 dias para funcionar, foi aprovada proposta do senador Iris Rezende para que sugestões de autoridades sejam colhidas por escrito. Governadores, secretários de Segurança, comandantes das polícias Civil e Militar, diretores de presídios, representantes da Polícia Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público, do Instituto dos Advogados do Brasil e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) serão convidados a encaminhar suas propostas.

Tuma é indicado relator substituto

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi indicado na reunião de ontem para a função de relator substituto dos trabalhos da Comissão Mista de Segurança. Ele irá auxiliar o relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), a coordenar os levantamentos e conclusões dos seis sub-grupos de trabalho que vão analisar os projetos sobre segurança em tramitação nas duas Casas legislativas.

Tuma, que tem extensa experiência no setor, disse que está confiante nos resultados da comissão, mas alertou para a necessidade de o grupo trabalhar com objetividade e sem corporativismos. Para o senador, mais importante do que



Romeu Tuma

coletar mais sugestões é analisar os projetos que já existem sobre o assunto.

– Não podemos ficar o tempo todo recolhendo sugestões, senão estaremos dando espaço para as ações corporativistas e estimulando as discussões cru-

zadas. O que não falta nessa área é diagnóstico, precisamos agora entender por que o bandido está ganhando esta parada – disse o senador.

Senadores da Comissão Mista de Segurança	
PMDB	Bloco PSDB/PPB
Iris Rezende (GO)	Geraldo Melo (RN)
Maguito Vilela (GO)	Artur da Távola (RJ)
Pedro Simon (RS)	Lúcio Alcântara (CE)
Amir Lando (RO)	Benício Sampaio (PI)
João Alberto (MA)	
Renan Calheiros (AL)	Bloco Oposição
	Roberto Freire (PE)
PFL	Sebastião Rocha (AP)
Romeu Tuma (SP)	Tião Viana (AC)
Edison Lobão (MA)	
Bernardo Cabral (AM)	PSB
Moreira Mendes (RO)	Ademir Andrade (PA)
PTB	PL
Arlindo Porto (MG)	José Alencar (MG)

Para Tebet, ano eleitoral não atrapalha votações

O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu ontem que o envolvimento dos parlamentares nas atividades políticas próprias de um ano eleitoral não impedirá a votação dos projetos sobre segurança pública: “Em verdade, vamos ter que correr contra o tempo, mas o Congresso fará sua parte na mobilização para conter a violência no país”, assegurou.

– A Comissão Mista de Segurança já está instalada e trabalhando, e está preparando os projetos que votaremos com a maior rapidez. A segurança nacional é prioridade número um, pois os bandidos estão soltos e o Congresso Nacional fará sua parte para permitir uma ação mais eficaz do poder público – disse.

Tebet ressaltou que a disputa eleitoral não pode ser vista de forma negativa, porque “a eleição é o cerne da democracia, e a disputa pelo voto é essencial ao exercício democrático”, e reiterou que o Congresso conseguirá conciliar as atividades legislativas com a necessidade de manter contato mais direto com as bases eleitorais.

O senador acha difícil a concessão de urgência para a votação do projeto impondo maiores restrições ao porte de armas, por se tratar de proposta “altamente polêmica”. Lembrou que até o presidente da Comissão Mista Espe-

cial de Segurança, senador Iris Rezende (PMDB-GO), manifestou-se contra a medida, argumentando que os bandidos estão armados, que as armas entram através de contrabando e que não é possível as famílias ficarem desarmadas. Para Tebet, a saída poderia ser impor restrições ao porte, e não proibi-lo.

AUDIÊNCIA

Tebet acredita que a Comissão Mista de Segurança vai dar os primeiros resultados com muita rapidez e destacou a celeridade na instalação da comissão como um ponto positivo.

Ele aplaudiu a iniciativa de comandantes das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros de quase todas as unidades da Federação, que estiveram ontem em audiência com ele, para apresentar sugestões de combate à violência.

Na opinião do presidente do Senado, foi muito importante “o espírito público demonstrado pelos comandantes, o desejo de colaborar, de querer ajudar”.

O senador explicou que as sugestões trazidas pelos comandantes serão encaminhadas à Comissão Mista de Segurança. Segundo disse, o documento não traz novidades, apenas aponta a realidade e pede mais rigor das leis penais e maior rapidez nos julgamentos.

Amaral defende sistema integrado de inteligência

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) defendeu a montagem de um sistema de inteligência integrado e de abrangência nacional como uma das soluções ao combate à violência. Como área suscetível a muitos aperfeiçoamentos, o senador acredita que é preciso investir em uma rede de informações, na qual os diversos centros possam trocar dados entre si, com agilidade.

– As investigações em qualquer ponto do Brasil devem ter o apoio desses centros. Isso exige tecnologia e coordenação.

De acordo com Amaral, “já não é mais possível continuar como agora, quando o governo federal trata de crimes federais, e o estadual, de crimes estaduais”.

Para o senador, além dessa proposta, existem muitos pontos a abordar no combate à criminalidade, como a eficiência das polí-



Valmir Amaral lembra que há 250 projetos sobre segurança tramitando no Congresso

cias e do Judiciário, a corrupção, o sistema prisional e a valorização do policial.

Ao discordar da opinião de que os parlamentares ficaram indiferentes ao tema da violência, Amaral ressaltou ainda que a Comissão Mista de Segurança pôde dar início aos seus trabalhos com mais de 250 projetos em tramitação no Congresso relacionados à segurança pública.

Atraso nas eclusas de Tucuruí é criticado por Ademir Andrade

O atraso na construção das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí gerou ontem protestos do senador Ademir Andrade (PSB-PA) contra o governo federal. Dos R\$ 500 milhões necessários à conclusão da obra, apenas R\$ 120 milhões foram liberados de 1999 para cá, graças, segundo ele, a emendas ao Orçamento da União apresentadas pela bancada do Pará no Congresso.

Também foram motivo de indignação de Ademir as recentes declarações feitas pelo deputado federal Haroldo Bezerra (PSDB-PA) em palestra na Federação das Indústrias do Pará (Fiepa). Apesar de admitir que as obras das eclusas estão praticamente paradas e de apontar a responsabilidade do governo federal pelo atraso na liberação de recursos, Bezerra teria advertido, segundo publicou o jornal *O Liberal*, para o risco de a construção ser interrompida caso seja eleito um adversário do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Classificando as declarações de Haroldo Bezerra como uma "piada", Ademir afirmou que o deputado deveria ser mais "digno e ético ao reconhecer a falta de visão de desenvolvimento do governo". Conforme recordou o senador, Fernando Henrique, quando candidato à reeleição, em 1998, teria assumido o compromisso público de concluir as eclusas junto com as obras da segunda fase da hidrelétrica.

Ainda segundo Ademir Andrade, as eclusas deveriam ter sido construídas em 1976, quando foram iniciadas as obras da primeira fase da hidrelétrica, concluída em 1985. "Naquela época, o custo das eclusas correspondia a 3% do total da obra", informou, observando que, hoje, esse montante já quadruplicou. Ademir informou ainda que as eclusas vão viabilizar a construção da hidrovía Araguaia-Tocantins, "fonte de desenvolvimento para cinco estados brasileiros".

Maria do Carmo cobra decisão firme contra a crise energética

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) cobrou ontem do governo uma "firme decisão política" de enfrentar a crise do setor elétrico após o fim do racionamento. Ela recordou que o país dispõe de um vasto potencial hidrelétrico ainda inexplorado e amplas condições de implementar o uso de energias alternativas, como a biomassa.

— Nos anos 70, quando uma crise energética abalou o mundo, o Brasil foi o país que mais saiu fortalecido. Ao adotar soluções tipicamente brasileiras, o país dobrou a potência hidrelétrica instalada em uma década, aprendeu a explorar petróleo em águas profundas e criou o Proálcool, maior projeto de energia alternativa do mundo. É claro que podemos fazer o mesmo agora — disse Maria do Carmo.

Tecnologia para isso existe, afirmou a senadora, citando como exemplo o desenvolvimento de pesquisas, na Universidade Fede-



Maria do Carmo discorda da opção do governo pelas usinas termelétricas

ral do Rio de Janeiro (UFRJ), para substituir o óleo diesel por óleos vegetais de dendê, babaçu e soja. Essa solução, a seu ver, permitiria a economia de divisas e a geração de milhares de empregos.

Por outro lado, recordou Maria do Carmo, o Brasil dispõe do potencial de geração de 260 mil megawatts de energia hidrelétrica e utiliza apenas 60 mil megawatts. Para que esse potencial seja bem utilizado, defendeu, o país precisa retomar os investimentos na construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão. A senadora criticou a opção do governo pelas usinas termelétricas, que, a seu ver, agravam os problemas de balanço de pagamentos — apenas pelo gás boliviano serão pagos US\$ 500 milhões anuais — e de meio ambiente.

— Dispomos da possibilidade de, por muitas décadas, contar com o mais competitivo e limpo sistema de energia do mundo, condição de que jamais poderíamos abrir mão — sustentou Maria do Carmo.

Suplicy pede aos EUA dados sobre corrupção no Brasil

Senador deseja que secretário norte-americano envie documentos indicando quem corrompe e como isso influencia a taxa de juros brasileira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou ontem à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, através da Mesa do Senado, cópia do ofício que dirigiu ao secretário de Estado do Tesouro norte-americano, Paul O'Neil, pedindo a colaboração daquele funcionário no esforço de combate à corrupção no Brasil. Suplicy quer que o secretário norte-americano encaminhe ao Senado brasileiro cópias dos documentos e de informações que possui, que o levaram a concluir e a declarar perante o Fórum Econômico Mundial, realizado recentemente em Nova York, que a corrupção é a responsável pelas altas taxas de juros praticadas na economia brasileira.



Suplicy considera conveniente que norte-americanos cooperem com brasileiros no combate à corrupção

Suplicy lembrou que o Brasil tem sido parceiro dos Estados Unidos em diversas frentes, como

as de combate às drogas e ao terrorismo, e seria conveniente, desse modo, que os norte-americanos também pudessem cooperar com os brasileiros no combate à corrupção. O secretário norte-americano, disse o senador, faria isso se encaminhasse ao Parlamento brasileiro as informações de que dispõe, se possível nomeando empresas e pessoas que corrompem e que por isso provocam a elevação das taxas de juros.

A Mesa do Senado acolheu o requerimento do senador e providenciou o encaminhamento das cópias do ofício à Embaixada dos Estados Unidos, segundo informou o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que presidia a sessão.

João Alberto lamenta uso de MPs em matéria tributária

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) criticou ontem o uso de medidas provisórias para fixar matéria tributária. Na opinião do senador, o artifício "privilegia o imediatismo, desaconselha o debate, suprime o compromisso da previsão de médio e longo prazo e acomoda e abastarda o ato legislativo".

João Alberto ressaltou que, por medida provisória, "dá-se permanência ao que foi criado para ser passageiro, investe-se contra o patrimônio do cidadão, de quem é tirado o direito de preparar-se para cumprir seus deveres públicos".

O senador também cobrou a finalização da reforma tributária, afirmando que, fora dela, os atos administrativos nesse campo "assomaram como espasmos, acentuando a improvisação, num grave desrespeito ao governo das leis". João Alberto ainda criticou a forma como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) vem se incorporando ao universo tributário do país.

— A provisoriedade é prolongada, renovada de período em período, reiterada, num claro esforço de caracterização como necessidade definitiva — criticou.

Aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados na quarta-feira, a proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF ainda precisa ser votada em

segundo turno na Câmara e então ser apreciada, também em dois turnos, pelo Senado.

Outro aspecto da estrutura tributária do país condenado pelo senador são os impostos em cascata. Na sua opinião, eles potencializam os ganhos de receita, mas "sorrteiramente travancam mudanças e desestimulam o trabalho e a competitividade".



João Alberto Souza criticou também a "provisoriamente prolongada" da CPMF

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Reabilitação de paralisias
6h30 — Entrevista Especial — O senador Lúcio Alcântara e a deputada federal Zulaiê Cobra falam sobre segurança pública
7h30 — Entrevista — O senador Mauro Miranda fala sobre segurança pública
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Canal do Município — Programa dedicado aos municípios brasileiros
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (representação)
18h30 — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Concerto para Clarinete e Orquestra
19h30 — Cidadania — Analfabetismo funcional
20h30 — Entrevista — O senador Pedro Piva faz balanço das atividades parlamentares
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — As Cores do Mundo — Programa nº 14
22h — Teatro Arthur Azevedo — Causos e Canções com

Mário Lago
23h30 — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
24h — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Concerto para Clarinete e Orquestra

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
13h30 — Doce Melodia — O melhor da música instrumental brasileira
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (representação)
19h30 — A Voz do Brasil
20h — Música, informação e serviços
20h30 — Doce Melodia — O melhor da música instrumental brasileira (representação)
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Rocha propõe CPI sobre as pesquisas eleitorais

Ele argumenta que a divulgação desses prognósticos no Brasil tem apresentado números divergentes e discrepâncias nos resultados finais

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem a apresentação à Mesa de requerimento de sua iniciativa, apoiado por 30 assinaturas, pedindo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades em pesquisas eleitorais. A medida, que pretende esmiuçar os trabalhos realizados pelos institutos de pesquisa do país, terá, segundo o senador, um caráter preventivo com vistas às próximas eleições.

Várias pesquisas eleitorais realizadas no país, segundo Sebastião Rocha, têm favorecido determinados candidatos, como ocorreu no Amapá, onde, nas últimas eleições, o Ibope deu, às vésperas do pleito, uma vantagem de 14 pontos percentuais para o candidato governista, que acabou ganhando com uma margem insignificante, de décimos.

As pesquisas eleitorais no Brasil, segundo Sebastião Rocha, têm apresentado, com frequência, números divergentes entre si e gran-



Sebastião Rocha explicou que CPI terá caráter preventivo, com vistas às próximas eleições

de discrepância dos resultados finais, atingindo todos os estados da Federação. Os casos mais graves nas últimas eleições ocorreram em Niterói (RJ), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Macapá (AP), registrou.

PREVENÇÃO

Nos grandes estados e em grande parte dos municípios, o problema é grave, afirmou o senador, para quem a CPI, mesmo que não consiga punir os institutos que incorram em graves irregularidades, conseguirá, certamente, contribuir para a moralização das pesquisas eleitorais.

A instalação da CPI para apurar as irregularidades nos institutos de pesquisa, segundo Sebastião Rocha, vai trazer enormes benefícios para o fortalecimento de todos os partidos e da democracia no país, atuando em caráter preventivo contra novas irregularidades nas próximas eleições.

No mesmo pronunciamento, Sebastião Rocha mostrou-se favorável a uma coligação, para as próximas eleições, entre o PDT, seu partido, o PPS e o PTB, desde que preservada a "individualidade partidária" de cada um.

Ademir é contra mudanças nas coligações partidárias

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou ontem apreensão com a possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em resposta a consultas feitas pelo PDT e PL, alterar as regras do processo eleitoral para as eleições de 2002. Duas questões, segundo Ademir, têm "mobilizado a opinião pública": a unificação das coligações partidárias nos planos nacional e estadual e a antecipação da cláusula de barreira dos partidos.

Ao comentar a proposta de alteração nas coligações, o senador informou que, na última quarta-feira, os líderes partidários no Congresso estiveram com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, e expressaram seu descontentamento com possíveis mudanças. De acordo com Ademir, a intenção do PDT, autor da consulta, é fazer com que as alianças partidárias firmadas em âmbito federal se reproduzam no resto do país.

— Consideramos uma provocação a tentativa de mudar as regras do jogo a sete meses da eleição — afirmou. Ademir Andrade sustentou que a Constituição determina que qualquer mudança no jogo eleitoral tem que ocorrer um ano antes de eleições e defendeu a permanência das normas adotadas nos pleitos de 1994 e de 1998, quan-



Para Ademir Andrade, tentativa de mudar as regras a sete meses das eleições é uma provocação

do as coligações entre os partidos poderiam ser distintas.

BARREIRA

Quanto à antecipação da vigência da cláusula de barreira, ele adiantou que a possibilidade de a medida vigorar já este ano foi questionada pelo PL. Segundo Ademir, a legislação atual diz que essa cláusula, que prevê a extinção de partidos que não alcancem o mínimo de 5% de representação na Câmara dos Deputados e de 2% em pelo menos nove estados, só será adotada nas eleições de 2006.

— Não é possível que o TSE decida sobre essa questão antes de o Congresso se pronunciar sobre a mesma — protestou, em alusão a projeto que dispõe sobre a antecipação da cláusula de barreira, já aprovado pelo Senado, mas ainda em tramitação na Câmara.

Juvêncio denuncia troca de favores

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) denunciou ontem um acordo político que teria sido assinado em 1998 entre o governo de Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, e um grupo de empresários do estado, o G-100. "Em troca de apoio político e contribuições para sua campanha, o governador destinaria 53 cargos de assessoria superior a seus integrantes e articularia o nome de sua preferência para a presidência da Assembléia Legislativa", afirmou.

Juvêncio apresentou cópia registrada em cartório com firma reconhecida do acordo manuscrito e assinado por Wander Loubet, sobrinho do governador e presidente regional do PT no estado. Ele também citou dados de reportagens das revistas *IstoÉ* e *Veja*, com um relato sobre a representação que alguns partidos políticos fizeram junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), requerendo investigação judicial com a finalidade de cassação de mandato e declaração



Segundo Juvêncio, acordo do governo Zeca do PT com empresários envolvia cargos

de inelegibilidade do governador Zeca do PT.

O senador reconheceu que as reportagens indicam que o acordo não foi cumprido e registram declarações do governador afirmando ignorar a existência do compromisso. "No entanto, a legislação eleitoral condena, também, quem promete ou recebe dinheiro ou vantagem para dar ou receber voto, mesmo que o acordo não seja efetivado", lembrou.

Segundo Juvêncio, o povo de Mato Grosso do Sul está se sentindo muito honrado com a eleição do senador Ramez Tebet à Presidência do Senado, mas está sofrendo com os desmandos do governador Zeca do PT, muito à vontade para cometer crimes eleitorais.

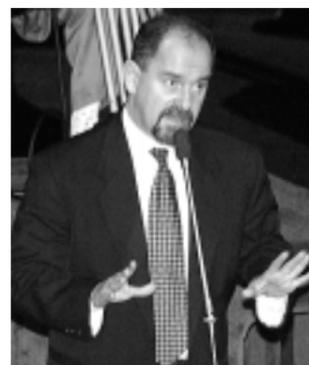
— Por isso, resolvi romper meu silêncio e trazer à tribuna do Senado minha indignação, aconselhando os dirigentes do PT a remover esse entulho imoral que é sua apresentação em meu estado — concluiu.

Dutra: episódio será investigado

Ao responder às acusações do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) ao diretório do PT de Mato Grosso do Sul, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), falando em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores, garantiu que, se houver irregularidades, elas serão investigadas e os responsáveis exemplarmente punidos.

— Não somos uma congregação franciscana, mas quando fatos graves são revelados tomamos providências. Acordo de troca de favores políticos é uma prática que condenamos e, se realmente houve isso no diretório do PT em Mato Grosso do Sul, os fatos serão cabalmente investigados, porque não contemporizamos com desvios de conduta ética — afirmou.

Dutra enfatizou que as reportagens das revistas *IstoÉ* e *Veja* sobre o assunto, em momento algum, afirmam que o governador Zeca do PT sabia do acordo. Ao contrário, elas divulgam não somente que



José Eduardo Dutra disse que o PT condena acordos visando à concessão de favores políticos

ele desconhecia os termos do compromisso, como também afirmam que os dispositivos do acordo não foram cumpridos, enfatizando não ter havido, assim, prejuízo para os cofres públicos.

Segundo Dutra, é surpreendente que um acordo de barganha política, assinado em 1998 e não cumprido, somente agora, quando a campanha eleitoral recomeça, esteja sendo alvo de denúncias. Ele apontou a

"ciumeira" dos partidos da base parlamentar do governo em relação às boas relações que o governador Zeca do PT mantém com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para o senador, é muito bom para a população que haja relações civilizadas entre um governador de oposição e o governo federal. "Entendo as razões pelas quais essas boas relações comecem a incomodar e as denúncias surjam quando se inicia a campanha eleitoral."

Cândido quer readmissão de mata-mosquitos no Rio

Senador afirma que a epidemia de dengue é “a crônica de uma tragédia anunciada”. Segundo ele, não faltaram alertas sobre a inconveniência da demissão dos guardas endêmicos federais e da política de municipalização do combate à doença

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) reivindicou ontem a imediata readmissão dos 5.792 guardas endêmicos, conhecidos como mata-mosquitos do estado do Rio de Janeiro, cujos contratos foram rescindidos pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa) em 1999 e que até hoje lutam pela volta ao trabalho.

— A atual epidemia de dengue no estado é a crônica de uma tragédia anunciada, porque não faltaram alertas do Ministério Público e da Fundação Oswaldo Cruz sobre a gravidade do problema e a inconveniência da demissão dos guardas endêmicos federais e da política de municipalização do combate à dengue, tendo em vista o risco de epidemia generalizada — afirmou.

Geraldo Cândido lembrou que, em relação à crise do setor energético, o governo colocou a culpa em São Pedro. No caso da dengue, muito mais grave, porque coloca em risco a vida da população, a culpa chegou a ser imputada aos ci-



Geraldo Cândido diz que mata-mosquitos travam “uma luta heróica” pelos postos de trabalho

dadãos e, mais recentemente, até às bromélias. Na verdade, acredita o senador, houve intransigência do ministro da Saúde, José Serra, que não deu ouvidos aos alertas do ex-ministro Adib Jatene.

HUMILHAÇÃO

Segundo Cândido, desde que foram demitidos, os mata-mosquitos levaram a cabo uma luta heróica pelos postos de trabalho. Foram reprimidos, desrespeitados e humilhados pelas autoridades do governo. Até decisões da Justiça Federal de reintegração imediata e ofere-

cimento de condições de trabalho foram desrespeitadas, relatou.

No momento em que discursava, informou Cândido, mais de 200 mata-mosquitos estavam nas dependências da Fundação Nacional de Saúde, cobrando o cumprimento da decisão judicial. Alguns estão até dispostos a fazer trabalho voluntário, por estarem conscientes da gravidade da situação da dengue no Rio de Janeiro, onde já foram notificados 68.438 casos.

— Neste momento grave, a reintegração desses trabalhadores altamente especializados certamente teria papel decisivo no combate à epidemia — observou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o ministro José Serra tomou uma atitude errada ao demitir os guardas endêmicos. “Se seu trabalho não tivesse sido interrompido, a epidemia de dengue não teria tomado tanto corpo. A providência correta, agora, deve ser obedecer à decisão judicial de readmitir os 5.792 trabalhadores”, disse.



Álvaro Dias: Ibama não cumpre resolução do Conama

nama aprove substitutivo ao texto original, “contendo modificações que interessam às multinacionais e são nocivas à população”. O órgão estaria alegando, conforme o senador, ser impossível, pelos atuais termos da resolução, exigir a contrapartida ambiental dos fabricantes e importadores de pneus.

Além de não cobrar a execução da medida, o Ibama estaria tentando impedir a atuação de pequenas empresas que trouxeram para o Brasil a tecnologia de reciclagem de pneus, sob o argumento de que esse processo é prejudicial ao meio ambiente. Contrariamente a esse entendimento, Álvaro Dias diz que a Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip), em parceria com a Petrobras, já com-

provou a possibilidade de destruir os pneus inservíveis.

Seja por estar comprometida “com as multinacionais do cartel de pneus”, seja por falta de estrutura para a fiscalização da destruição dos pneus, o fato é que o Ibama, disse o senador, “dedicou-se apenas a perseguir algumas empresas afiliadas da Abip”. Isso motivou a entidade, inclusive, a propor uma ação civil pública junto ao Ministério Público.

— O objetivo da ação é a defesa do meio ambiente, da saúde pública e dos interesses do consumidor — assinalou Álvaro Dias.

Tuma homenageia artistas pela luta contra o câncer

Ao saudar o plenário da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo reinício dos trabalhos deste ano, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) aproveitou a oportunidade para

homenagear a atriz Patrícia Pilar e a apresentadora de televisão Ana Maria Braga pela coragem com que elas têm enfrentado abertamente o fato de serem portadoras de câncer.

Presidente da CAS, Tuma disse que as duas artistas, pelo exemplo, têm estimulado as demais mulheres brasileiras a tomarem as devidas medidas de prevenção à doença.

Jucá saúda indicação de Barjas Negri para Ministério da Saúde

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) saudou a indicação do ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Barjas Negri para assumir a pasta em substituição a José Serra, que volta a ocupar sua cadeira no Senado. “Desejo a



Romero Jucá também apoiou a transformação da Fundação Nacional de Saúde em agência

ele um trabalho promissor no ministério”, declarou, manifestando ainda sua satisfação com o recente ato ministerial que transformou em agência a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). José Serra deixou o ministério para concorrer às eleições presidenciais.

Quintanilha elogia interesse pelo idoso em município do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) registrou ontem, em Plenário, a implantação, em Xambioá, do primeiro Conselho Municipal do Idoso no estado do Tocantins. Ele felicitou o prefeito do município, Vilmar Martins Leite Junior, e apresentou votos de que a iniciativa sirva de exemplo a outros estados.

— Em trabalho sintonizado e articulado, poderemos avançar e ampliar as conquistas com vistas ao apoio ao idoso e até à reinserção daqueles que ainda desejam buscar o mercado de trabalho, valendo-se dos avanços que a ciência e a tecnologia têm obtido no sentido de ampliação da expectativa de vida da população — disse Quintanilha.

O senador observou que o número de idosos no Brasil tem crescido de forma acelerada e que já se tornou necessário um reexame de políticas públicas em relação a essa camada da população. Ele considerou a implantação do conselho de Xambioá como um dos resultados dos trabalhos da Subcomissão do Idoso, da qual é presidente.



Para Quintanilha, crescimento do número de idosos exige revisão de políticas públicas



TEBET VISITA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, visitou ontem a exposição fotográfica “A saúde que o povo conhece”, instalada no Salão Negro do Congresso Nacional.